

Brasil paga amanhã US\$ 1,1 bi a credores

Nelson Oliveira

O Tesouro Nacional faz amanhã o primeiro pagamento de juros relativos ao acordo de renegociação da dívida externa com os bancos privados. Cerca de US\$ 1,1 bilhão serão remetidos aos credores.

O Tesouro transferirá reais para o BC, que ordenará o repasse, aos bancos credores, de reservas cambiais brasileiras aplicadas no exterior.

O pagamento da primeira parcela de juros do acordo de 30 anos, que passou a vigorar em abril marca mais uma etapa na normalização das relações entre o Brasil e a comunidade financeira internacional.

A crise da dívida estourou em 1982, quando o Brasil decretou a moratória dos pagamentos de boa

parte de sua dívida externa, principalmente aquela em poder dos bancos privados.

Sofrendo com a falta de divisas e tentando obter descontos na sua dívida, o Brasil ganhou a fama de caleteiro e passou a pagar juros cada vez maiores em função do chamado "risco Brasil".

Tentativa — A primeira tentativa de reencontrar o sistema financeiro internacional ocorreu em 1988, com o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega.

Ele negociou um acordo não pôde ser cumprido. Em julho de 1989, os pagamentos aos bancos foram novamente interrompidos.

Só em 1991, já no governo Collor, a renegociação da dívida de US\$ 42 bilhões foi retomada, sob a

inspiração do Plano Brady, que previa desconto de 30% na dívida dos países do terceiro mundo.

Negociação — Sob o comando do diplomata Jório Dauster, o Brasil apresentou proposta aos bancos baseada no princípio da capacidade de pagamento. Ou seja, o País só pagaria os bancos com recursos disponíveis no orçamento.

Com a queda da ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello, o comando das negociações passou ao economista Pedro Malan, atual presidente do Banco Central.

No último momento, o acordo ainda perigou por falta de um acordo entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI). A questão foi resolvida com a compra, pelo próprio Brasil, das garantias iniciais

oferecidas pelo Brasil aos bancos. Em 17 de abril deste ano o acordo entrou em vigor.

Semestral — Agora, o Brasil fará pagamentos semestrais (outubro e abril) referentes a esse acordo.

As demais dívidas já estavam sendo pagas normalmente quando o acordo entrou em vigor. Com reservas acima de US\$ 40 bilhões a dívida externa deixou de ser um problema. Agora o que pesa é a dívida interna, no valor de US\$ 70 bilhões.

A única questão pendente em relação à dívida externa é a disputa judicial entre o Brasil, os bancos e o industrial norte-americano Kenneth Dart. Ele tem créditos com o Brasil no valor de US\$ 1,4 bilhão que não aceita renegociar nas mesmas condições acertadas com os bancos.

Ivaldo cavalcante



Pedro Malan: pagamentos da dívida, pelo acordo, são semestrais